



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

KAMILLY DANTAS RODRIGUES

**A VOZ DO ESTADO NACIONAL NAS PÁGINAS DE *A MANHÃ*: PROPAGANDA,
TRABALHISMO E IMPRENSA NO ESTADO NOVO (1943–1945).**

SÃO CRISTÓVÃO

2026

A VOZ DO ESTADO NACIONAL NAS PÁGINAS DE *A MANHÃ*: Propaganda, trabalhismo e imprensa no Estado Novo (1943–1945).

Autora: Kamilly Dantas Rodrigues¹

Orientadora: Prof. Dra. Célia Costa Cardoso

RESUMO

Este artigo analisa como o jornal *A Manhã* foi utilizado pelo governo de Getúlio Vargas como instrumento de propaganda política durante o Estado Novo, entre 1943 e 1945. A pesquisa investiga de que forma o periódico contribuiu para a construção do ideário trabalhista e para a divulgação da imagem de Vargas como protetor dos trabalhadores. Fundamentado na História Social e em uma abordagem qualitativa, o estudo utiliza edições do jornal como fonte principal, examinando discursos, imagens e notícias relacionadas ao mundo do trabalho. A análise demonstra que o periódico difundiu uma representação idealizada do trabalhador, associada aos valores de disciplina, patriotismo e colaboração com o Estado, ao mesmo tempo em que silenciava conflitos e reivindicações operárias. A pesquisa indica que *A Manhã* desempenhou um importante papel na legitimação do Estado Novo e na consolidação do Trabalhismo como parte do projeto político varguista.

Palavras- chave: Trabalhismo, propaganda, Estado Novo, Getúlio Vargas.

THE VOICE OF THE STATE IN THE PAGES OF *A MANHÃ*: Propaganda, Laborism, and the Press during the Estado Novo (1943–1945).

ABSTRACT

This article analyzes how the newspaper *A Manhã* was used by the Getúlio Vargas government as an instrument of political propaganda during the Estado Novo, between 1943 and 1945. The research investigates how the periodical contributed to the construction of the laborist ideology and to the dissemination of Vargas's image as a protector of workers. Grounded in social history and a qualitative approach, the study uses editions of the newspaper as its primary source, examining discourses, images, and news related to the world of work. The analysis demonstrates that the periodical disseminated an idealized

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Apresenta este artigo como requisito de conclusão de curso para obtenção do Grau em Licenciatura em História. **Email:** dantaskamilly476@gmail.com

representation of the worker associated with the values of discipline, patriotism, and collaboration with the State while simultaneously silencing labor conflicts and demands. It is concluded that A Manhã played an important role in the legitimization of the Estado Novo and in the consolidation of Laborism as part of the Vargas political project.

Keywords: Laborism, propaganda, Estado Novo, Getúlio Vargas.

1. INTRODUÇÃO

Eleito em 1926 o então presidente Washington Luís, rompeu com o acordo estabelecido entre as elites oligárquicas de São Paulo com forte economia situada no café, e Minas Gerais maior produtor de leite que juntos controlavam o poder nacional e revezavam na presidência, formando assim a conhecida “política do Café com Leite”. A mudança na aliança já estabelecida iniciou uma forte disputa para a escolha de quem seria o sucessor, o que levou a Minas Gerais firmar uma aliança com o Rio Grande do Sul em 1929 para lançar um candidato gaúcho na disputa pela presidência. Assim, foi escolhido o nome de Getúlio Vargas, gaúcho nascido na cidade de Borja, em 1882, carismático que sabia conquistar a simpatia das pessoas através do seu jeito e seus modos de homem comum. (FICO, 2024. P.8)

Dessa forma, Vargas com apoio da Aliança Liberal (grupo que fazia oposição a Washington Luís) lançou sua candidatura para concorrer às eleições com a proposta de defesa a implantação do voto secreto, a criação de ministérios voltados para a saúde, educação e trabalho, defendia o fim de leis repressivas, principalmente a Lei Celerada, que reprimia o movimento operário, também criticava as práticas de corrupção e prometia atender a questões já abordadas pelo movimento operário como a jornada de oito horas de trabalho, direitos a férias e salário mínimo (FICO, 2024. p.10). Mesmo com propostas que atendessem ao apelo do povo, o apoio ao seu rival Júlio Prestes era maior, o que resultou na derrota.

Em vista da possibilidade de perder as eleições, o lado mais radical da aliança começou a cogitar uma revolta armada para conquistar o poder, caso o resultado não fosse o esperado. O cenário encontrado foi favorável dado “os anseios revolucionários de exaltados que vinham de rebeliões anteriores contra o regime da Primeira República e preferiam a adoção de um regime ditatorial - os tenentistas” (FICO, 2024. p.10). Ainda durante o período de campanha, acordos foram feitos entre A Aliança Liberal e os líderes do exército que queriam uma revolução armada, assim começaram a se preparar para um confronto que levou a tomada de poder. Ao contrário do que se costuma pensar, a Revolução de 30 não foi pacífica, Getúlio chegou ao poder através do conflito armado e de derramamento de sangue.

O movimento armado de 1930 liderado por Getúlio Vargas como civil e sob a chefia militar do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro teve êxito, marcando o início da Segunda República quando Vargas assumiu o poder em 3 de outubro do mesmo ano. (Abreu, p. 21). Inicialmente o governo deveria ser provisório, porém Vargas suspendeu a constituição de 1891 e passou a governar com base em decretos, nomeou tenentes para intervir nos estados e criou os ministérios que havia prometido em campanha eleitoral.

Em 1932, acontece a Revolução Constitucionalista, um levante de São Paulo contra o governo que exigia uma constituição para o Brasil. Apesar da insurreição ter sido combatida pelas tropas fiéis a Vargas, em 1934 é lançada uma nova constituição. Dando início assim, a segunda fase, o Governo Constitucional que deveria limitar o poder de Vargas e tinha um caráter liberal-democrático, mas que não saiu do papel, no mesmo ano Vargas é eleito em eleição indireta que garantia 4 anos de mandato. Esse período foi marcado por grande radicalização na política brasileira, a busca de Getúlio pela construção da legislação trabalhista e a maior aproximação com os trabalhadores, além da tentativa de centralizar o seu poder que resultou no autogolpe.

Em 10 de novembro de 1937 Getúlio Vargas, apoiado por militares e forças políticas conservadoras, deu um golpe de Estado e fechou o Congresso Nacional com a justificativa de contenção do plano Cohen que era um documento falso que falava sobre uma suposta Revolução Comunista no Brasil, dando início assim ao período do Estado Novo, a fase mais autoritária da Era Vargas.

O Estado Novo é constituído durante o período da consolidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas que despertou grandes preocupações de correntes antidemocráticas que temiam a ascensão de Revoluções socialistas. Segundo Maria Helena Capelato, (2019, P.103) “Uma das soluções propostas era a do controle social através da presença de um Estado forte comandado por um líder carismático, capaz de conduzir as massas no caminho da ordem.” Dessa forma, o Estado Novo apresentou-se como um projeto político que buscava integrar as massas à ideia de nação e também submetê-las a mecanismo de controle e disciplina em nome da ordem nacional, lideradas sobre a figura carismática de Getúlio Vargas.

Destacar o vínculo dos intelectuais com esse projeto significa evidenciar a relação entre propaganda política e educação no Estado Novo. Apresentando-se como o grupo mais esclarecido da sociedade, os intelectuais buscam “educar” a coletividade de acordo com os ideais doutrinários do regime. (Velloso, 2019, P.140)

Durante a ditadura do Estado Novo foi implementado o projeto de construção da identidade nacional que buscava unificar a cultura e a política brasileira sob a figura de Vargas

Esse projeto envolveu intelectuais, instituições, órgãos e políticas culturais com o objetivo de moldar a visão oficial do que significava o povo brasileiro.

Nesse mesmo período, o Brasil passava por um processo de industrialização e ampliação do mercado de trabalho urbano incentivado pelas políticas econômicas do governo Vargas. Com esse novo cenário, de busca pela modernização e crescimento industrial nasceu uma nova classe, a operária, que passou a ser apresentada como elemento fundamental para o progresso e a modernização nacional. Através da legislação trabalhista e a valorização simbólica do trabalho, o Estado passou também a ampliar o controle social e a repressão às mobilizações operárias. Além disso, foi intensificado o projeto nacional e passou-se à utilização dos veículos de comunicação como a imprensa e o rádio para moldar o trabalhador ao interesse do regime varguista.

Utilizando o Jornal *A Manhã*, lançado em 9 de agosto de 1941, no Rio de Janeiro, o presente artigo pretende analisar como o governo varguista do Estado Novo transformou o periódico em instrumento de propaganda do regime na construção e difusão do ideal do trabalhismo. De caráter governista, criado para servir como porta-voz do Estado Novo na capital, “Sempre veiculado em formato standard, era subordinado à Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União, órgão do Estado Novo instaurado em 1937, também regulador da Rádio Nacional e do jornal carioca *A Noite*”. (BN DIGITAL, 2015). Era vinculado ao regime e por isso transmitia a imagem positiva do governante e contribuía para consolidar a imagem de Vargas como protetor dos trabalhadores e pai dos pobres.

O diretor escolhido pelo regime foi Cassiano Ricardo que já havia publicado um livro que defendia a ideia de uma democracia social, sem comunismo ou fascismo, pensamento esse que estava alinhado às propostas defendidas por Vargas, alguns dos nomes conhecidos que formava a equipe editorial era Jorge Lacerda, Cecília Meireles, Gilberto Freyre que já era famoso após a publicação de *Casa-Grande & Senzala* (2003), e tinha colaboradores como Manuel Bandeira, Vinicius de Moraes, Oliveira Viana, importante intelectual que contribuiu para os debates sobre Estado, sociedade e nacionalidade. Juntos demonstravam a presença cultural e davam relevância e prestígio ao periódico. (BNDIGITAL, 2015)

Um dos objetivos é investigar as narrativas trabalhistas presentes nas edições do jornal no período de 1943 a 1945, o recorte temporal corresponde ao período de consolidação do projeto trabalhista do Estado Novo. A escolha tem como marco inicial a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)² em 1943, considerada uma das maiores realizações

² BRASIL. Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 05 de maio de 2026.

do governo Vargas, a ampliação da divulgação propagandística das conquistas trabalhistas e finaliza com o término do Estado Novo após a deposição de Getúlio Vargas em outubro de 1945.

Outro objetivo é examinar o papel da propaganda como meio de aproximação entre o líder e as massas e compreender como esse processo contribuiu para a consolidação do ideário trabalhista como uma das bases da identidade nacional. Diante das considerações, é levantada a questão: Como o jornal *A Manhã*, alinhado ao projeto político do Estado Novo, representou o trabalho e o trabalhador urbano, e de que maneira essas representações contribuíram para a construção do trabalhismo ?

A partir da problemática apresentada, esta pesquisa trabalha com a hipótese de que o jornal *A Manhã* funcionou como um veículo de propaganda alinhado ao DIP, ajudando diretamente na difusão da ideologia do Estado Novo. As representações do trabalhador no jornal eram construídas de forma idealizada e associadas aos interesses do regime ditatorial, exaltando valores como disciplina, lealdade e patriotismo. O jornal também contribuiu para a construção de um consenso social, moldando percepções sobre a modernidade e o trabalho em torno do projeto de Vargas. Essas propagandas buscavam neutralizar conflitos, ocultando tensões, desestimulando greves e resistências operárias, apresentando sempre uma visão harmônica da sociedade brasileira, especialmente do trabalhador.

Em vista disso, o trabalhismo passa a ser agente fundamental do projeto político pedagógico do Estado varguista. A imprensa foi uma das principais ferramentas utilizadas nesse processo. Como veículo alinhado às diretrizes do DIP, o jornal *A Manhã* relançado em 1941, de caráter governista e ligado à propaganda política do governo Vargas, desempenhou um papel importante na difusão desse ideário, divulgando a imagem do trabalhador disciplinado e produtivo e a figura de Vargas como o pai dos pobres.

Cabe justificar que o tema escolhido é relevante porque ao analisar as representações do trabalho e o do trabalhador construídas durante o Estado Novo através dos meios de comunicação, como é o caso do Jornal *A Manhã* do Rio de Janeiro, pode-se perceber como a propaganda assumiu papel central como instrumento de legitimação política e difusão do ideário do trabalhismo. A revolução de 30 e sobretudo o regime ditatorial do Estado Novo marcou profundamente as transformações econômicas, políticas, culturais e sociais do Brasil, principalmente com o aumento da industrialização e o surgimento das demandas do trabalhador urbano como principal figura da reorganização na vida nacional.

Os fundamentos teórico-metodológicos que orientam essa pesquisa estão ligados ao Campo da História Social que tem como base a perspectiva de Eric Hobsbawm, desenvolvida

em Mundos do trabalho (2000), para entender o trabalhador como categoria histórica e como uma nova classe em construção. Antes de discutir sobre a maneira como se organizam os trabalhadores, é importante compreender como Hobsbawm concebe a consciência de classe e sua atuação nos processos históricos. Nesse sentido, o autor levanta a seguinte observação:

Desejo refletir, como historiador, sobre a natureza e o papel da consciência de classe na história, partindo do pressuposto de que estamos todos de acordo quanto a uma proposição básica: que as classes sociais, o conflito de classes e a consciência de classe existem e desempenham um papel na história. (HOBSBAWM, 2000. P.33.)

Ao discutir sobre consciência de classe, Hobsbawm parte do pressuposto de que as classes sociais, os conflitos entre elas e a própria consciência são elementos da construção histórica. Essa perspectiva permite compreender os trabalhadores não apenas como objeto das políticas do estado, mas como sujeitos coletivos capazes de construir identidades, organizações e ações que interferem na sociedade.

Para ele, “Relações de classe, qualquer que seja a natureza da classe, são relações entre classes ou camadas que não podem ser adequadamente descritas se analisadas isoladamente, ou apenas em termos de suas divisões ou estratificações internas.” (Hobsbawm, P.27) Dessa forma, essas reflexões foram usadas como base para entender o trabalhador não como entidade natural, mas como uma categoria histórica produzida pelas transformações econômicas, sociais e vinculado também aos projetos ideológicos e sociais. Portanto, o trabalhador como sujeito histórico não pode ser estudado longe das estruturas do Estado, especialmente quando a análise se insere em contextos de regimes totalitários.

Ângela de Castro Gomes, outra autora de apoio, argumenta que o trabalhismo varguista construiu um projeto político e simbólico pelo qual o Estado Novo cria sua própria interpretação de classe trabalhadora. Esse livro, A invenção do trabalhismo (2005), é fundamental para ajudar na compreensão de como as representações do trabalho e do trabalhador difundidas pelo jornal A Manhã, fazem parte do processo de construção simbólica do regime.

Por fim, o grande ‘segredo’ está na lógica que articulou este discurso. Ele releu o passado da luta dos trabalhadores sem ao menos mencioná-lo, estruturando-se a partir de uma ética do trabalho, da valorização da figura de trabalhador nacional. Era esta figura — o novo modelo de cidadão — que o discurso destinava e a ela que os benefícios sociais eram oferecidos como uma dádiva. Cabe agora examinar com vagar de que forma esta lógica simbólica se articulou a uma lógica material de cálculo de custos e benefícios, que está presente na montagem do corporativismo brasileiro. (Gomes, 2005. p.233.)

A vista disso, fundamentado na discussão defendida por Ângela Castro, foi evidenciado que o governo brasileiro construiu uma narrativa sobre o trabalho baseada na valorização simbólica do trabalhador nacional e na concessão de direitos doada pelo líder, ao mesmo tempo em que se buscou apagar as lutas, greves e movimentos de reivindicações

operárias. Ao vincular os direitos sociais como dádivas do regime, reforça-se a ideia de que as conquistas dos trabalhadores dependiam exclusivamente das ações do Estado e não da mobilização trabalhista. O Estado Novo combinou propaganda, simbolismo e políticas de educação em massa para legitimar seu poder e integrar os trabalhadores ao projeto nacional-estatista.

Maria Helena Capelato, em *Multidões em cena: Propaganda Política no Varguismo e Peronismo*, contribui para entender o papel da propaganda na construção da identidade nacional:

O varguismo e o peronismo não se definem como fenômenos fascistas, mas é preciso levar em conta a importância da inspiração das experiências alemã e italiana nesses regimes, especialmente no que se refere à propaganda política. [...] No Brasil e na Argentina, a organização e o funcionamento dos órgãos produtores da propaganda política e controladores dos meios de comunicação também revelam a inspiração europeia. (CAPELATO, 2009. P. 73)

Apesar do regime de Vargas não ser de caráter facista, ele teve inspiração nas ditaduras europeias, que transformaram a imprensa em um instrumento estatal subordinado aos objetivos políticos do governo. O Estado Novo seguiu uma lógica semelhante quanto vinculou a comunicação como centro do seu projeto. Assim como aconteceu nos regimes fascistas, a informação não era interpretada como um fim, mas como um meio que servia para apoiar os cidadãos ao projeto nacional varguista. Capelato permitiu entender como o regime tratou a informação como instrumento para moldar a consciência nacional, produzindo sentidos, e controlando interpretações através da criação de um imaginário coletivo.

O pensamento de Jean-Noel Jeanneney auxiliou no entendimento do papel da imprensa durante o Estado Novo e para isso foi primordial compreender como os meios de comunicação foram apropriados para construir a cultura política aliada ao regime. De acordo com Jeanneney (2003, P.214), “É certo que a imprensa desempenha um papel na evolução dos comportamentos políticos - e, mais violentamente, dos votos”. Dessa forma, o autor destaca o potencial dos veículos de comunicação para formar e orientar percepções, valores e atitudes do público. Aliando essa visão com a presente pesquisa pode-se entender como a imprensa deixou de ser mediadora de fatos e passou a desempenhar papel educativo e formador durante o Estado Novo.

Nesse sentido, será usado o jornal como fonte histórica capaz de revelar muitas informações de como foi construído consensos sobre a narrativa brasileira através da propaganda e como essas produções estavam inseridas em um contexto político, social e cercado de ideologias. Dessa forma, os periódicos são fontes privilegiadas para compreender as representações produzidas em determinado contexto histórico. A escolha do jornal está

ligada à relação que existe entre ele e o projeto político do governo. Ao longo do período analisado foi possível perceber o papel desempenhado pelo jornal na divulgação dos discursos que buscavam fortalecer a imagem de Getúlio Vargas como líder nacional e consolidar o trabalhismo como ferramenta política do regime.

A abordagem da pesquisa é qualitativa, fundamentada na análise de fontes primárias e secundárias estruturada da seguinte forma: 1º levantamento e seleção das fontes, onde foi analisada e selecionada as edições do jornal A Manhã entre os anos de 1943 a 1945, de acordo com a presença de conteúdos relacionados ao trabalho, as comemorações de 1º de maio, às ações do ministério do Trabalho e as narrativas que associam o trabalhismo à figura de Vargas. 2º análise e interpretação documental, a partir das edições selecionadas, considerando o contexto político do Estado Novo, foram analisadas quais os artifícios utilizados para moldar a imagem do trabalhador e o tipo de linguagem simbólica, visual ou textual empregada, a forma como o jornal reportou os fatos, e produziu significados que eram convenientes ao regime e quais as estratégias pedagógicas usadas para moldar a opinião pública.

2. VIDA ECONÔMICA E SOCIAL

2.1 Industrialização e o mundo do trabalho no Brasil

Na década de 1930, aconteceu uma importante transformação econômica e social no Brasil. A crise de 1929, contribuiu para desestruturar o modelo econômico vigente baseado na produção agrária e no mercado exportador do café, isso abriu espaço para a industrialização e o crescimento do mercado interno que já começava a se estruturar no país. Boris Fausto, no livro A História do Brasil, discute como a crise acelerou uma tendência que já existia, deslocando o centro dinâmico da economia para o setor industrial, além do aumento da produção agrícola destinada ao mercado interno do país. Em vista disso, a diversificação e o aumento dos pólos de industrialização, não só abriu novos espaços e reorganizou a economia, mas nesse novo cenário outra figura emerge, o trabalhador urbano que foi um elemento fundamental para o projeto político pedagógico incorporado pelo Estado Novo.

A expansão da industrialização exigiu mais do que investimentos na forma de produção, demandou também a reorganização das relações entre Estado, economia e sociedade. O crescimento das cidades e a concentração de trabalhadores na zona urbana produziram novas questões sociais que passaram a ser um elemento central da agenda governamental. Nesse contexto, a industrialização passou a fazer parte de um projeto de

modernização nacional que dependia não só do desenvolvimento econômico, mas também da formação de uma força de trabalho integrada aos objetivos do Estado.

Essa nova configuração representou uma grande ruptura em relação ao modelo da Primeira República, quando a intervenção das relações de trabalho era limitada, e havia práticas repressivas com as mobilizações operárias. Na década de 30, sem abandonar o controle sobre a organização dos trabalhadores, o Estado assumiu um papel ativo na regulamentação das relações trabalhistas. O objetivo não era apenas solucionar conflitos entre o capital e o trabalho, mas criar condições para a continuidade do processo de industrialização e consolidação do mercado interno.

Em meio a esse cenário, o governo percebeu o potencial que tinha os trabalhadores, mas para isso era preciso disciplinar para garantir a estabilidade e a produtividade, então começou-se a buscar a integração dessa classe ao projeto nacional e a construir a narrativa de Getúlio Vargas como o seu principal protetor. Nesse sentido, a construção simbólica do trabalhador brasileiro se tornou o centro do ideário varguista e a industrialização passou a ser vista como o caminho do progresso.

Não obstante, o Estado temia o crescimento dos movimentos operários, greves e as influências socialistas, então como saída começa a se colocar como mediador entre a produção de capital e o trabalhador. Assim, surgem as políticas como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)² em 1943, a sindicalização oficializada e sob o controle do regime e a criação da Justiça do Trabalho. Medidas como essas garantiam direitos, entretanto, também deixava os trabalhadores subordinados ao Estado.

Embora o curso da história desenvolvida por Vargas através da censura e a criação de um imaginário coletivo tenha descrito a organização dos sindicatos e as medidas trabalhistas como dádivas de Vargas e vinculado ao regime, a verdade é que essa organização e a luta da classe operária vinha sendo desenvolvida desde a Primeira República.

No Brasil, ao contrário do que muito se apregoou, mais no passado que atualmente, o movimento sindical, que antecede o período da Revolução de 1930, teve uma notável atuação, iniciada praticamente nos primórdios da República. Organizados com total liberdade, formava um sistema plural de sindicatos por profissão, basicamente, e ação unitária regional e nacional. (Robinson, 2008.P.65)

O movimento sindical surgiu e se consolidou ainda na Primeira República, antes da Revolução de 30. Os sindicatos eram organizados com total liberdade amparado pela constituição de 1891 e pelo decreto que foi uma das primeiras normas federais a reconhecer legalmente a organização dos trabalhadores no Brasil Republicano. Dessa forma, dentro da legalidade era afirmado que os sindicatos conseguiriam ser constituídos livremente, sem autorização do governo, era estabelecido também a unidade sindical. Esse decreto consentia

que os trabalhadores escolhessem suas próprias formas de representação sem interferência estatal. Nesse período, já era articulado reivindicações trabalhistas e a busca por influências na legislação.

Com a chegada de Vargas ao poder, logo no início da Segunda República é possível notar uma grande mudança na construção da relação entre os sindicatos e o Estado, que foi da autonomia sindical para o controle estatal. O governo Vargas assumiu um papel ativo na regulamentação do mundo do trabalho, promovendo medidas como a organização da previdência social e a definição dos direitos trabalhistas.

O decreto nº 19.770 de 1931³, regulamentou a organização dos sindicatos e estabeleceu que apenas entidades reconhecidas pelo governo poderiam usufruir dos direitos de participar das negociações trabalhistas, os sindicatos passaram a depender do reconhecimento estatal para atuar legalmente. Representou uma grande ruptura, se na Primeira República os sindicatos possuíam autonomia na sua organização e administração, após a Revolução de 30 os sindicatos começam a ser incorporados à estrutura do Estado.

A Constituição de 1937⁴ e principalmente com o decreto-lei nº 1.237 de 1939⁵ organizou a Justiça do Trabalho e reforçou a ideia de que os conflitos deveriam ser resolvidos pelos órgãos estatais e não pela mobilização e paralisação coletiva dos trabalhadores, já que as greves eram recursos incompatíveis com os interesses de produção nacional.

A era Vargas, especialmente o regime estadonovista, marcou profundamente as transformações sindicalistas. O governo Vargas instituiu um modelo de sindicalismo regulado pelo estado, restringiu a autonomia e ampliou a capacidade de intervenção estatal. Embora o período tenha sido marcado pelas conquistas da legislação trabalhista, também representou incorporação e controle, alterando a forma de organização dos trabalhadores no Brasil.

2.2 A Ideologia do Trabalhismo

Outro aspecto fundamental para compreender o Mundo do Trabalho durante o Estado Novo e que merece destaque por ter sido uma das principais bases da política e da cultura social do Brasil a partir da década de 30 é o Trabalhismo. O Trabalhismo está associado à ideia de construção histórica vinculada ao governo de Getúlio Vargas, com a finalidade de

³ BRASIL. Decreto no 19.770, de 19 de março de 1931. Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 mar. 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722-publicacaoorigin-al-1-pe.html>. Acesso em: 13 de maio de 2026.

⁴ BRASIL. Constituição (1937). Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 05 (maio) 2026.

⁵ BRASIL. Decreto-Lei no 1.237, de 2 de maio de 1939. Organiza a Justiça do Trabalho. Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del1237.htm. Acesso em: 15 de maio de 2026.

estabelecer novas formas de integração política entre a classe trabalhadora e o Estado. É importante esclarecer que esse processo não se limitava somente à concessão de benefícios, há uma grande diferença entre legislação trabalhista que são as normas jurídicas como o salário mínimo e férias e o trabalhismo que é uma ideologia, um projeto político que se utiliza dessas leis para construir uma relação entre Estado e trabalhadores.

O trabalhismo, além de uma ideologia fundada na ditadura do Estado Novo, é uma linguagem política, ou seja, um sistema de referências e representações de um universo político onde a palavra “trabalho” passava a ser, em certa medida, o “motor da história”, e o trabalhador brasileiro passou a ter suas reivindicações legitimadas, e seus direitos de cidadania atrelados às políticas sociais gestadas pelo Estado varguista. (Santos, 2025.P.4)

Além de uma ideologia, o trabalhismo também é uma linguagem política, um conjunto de símbolos onde o trabalho deixou de ser apenas uma atividade produtiva para assumir um papel central na narrativa da construção da nação. O trabalhador passou a ser protagonista do desenvolvimento nacional, e o Estado passou a se apresentar como o principal mediador entre capital e trabalho, responsável pelo reconhecimento de direitos, solucionar conflitos e promover a justiça social.

Dessa forma, o trabalhismo não estava associado apenas ao campo da legislação social, mas também ao campo simbólico. Ao transformar o trabalho no “motor da história”, o discurso trabalhista atribuiu novo significado à ideia de cidadania. O acesso a direitos sociais era resultado da incorporação do indivíduo ao universo do trabalho regulamentado pelo Estado. Portanto, a condição de trabalhador legitimava a participação na vida nacional, fazendo com que a cidadania e o trabalho fossem apresentados como inseparáveis.

Segundo Helena Capelato (1999,p.153) “A propaganda do Estado Novo apresentou o trabalhador como motor da nação, mas sempre vinculado à figura de Vargas, que aparecia como o dirigente capaz de harmonizar interesses”. A propaganda apresentava um trabalhador ideal que incorporava os valores desejados pelo regime. Sendo assim, a identidade nacional varguista não era apenas pautada no discurso nacionalista, mas também no processo de modernização e em disciplinar a classe que dela resultava.

Portanto, os trabalhadores receberam direitos, porém doados pelo líder, o que possibilitou que Vargas se apresentasse como “o pai dos pobres”. Dessa forma, o projeto nacional não era apenas implantado pela via jurídica, mas principalmente cultural e propagandística. Não bastava dar direitos, o regime buscou reforçar quem havia concedido e vincular as garantias trabalhistas à figura do chefe de Estado.

3. VIDA CULTURAL E PROPAGANDÍSTICA

3.1 Intelectuais e a construção do nacionalismo

Na Primeira República, o Brasil era visto como um depósito de pessoas despreparadas politicamente, analfabetas e deseducadas, uma ideia que ficou evidente quando a violência das oligarquias e a instabilidade política presente no governo criou a sensação de país desorganizado. Essa visão foi reformulada no período da ditadura de 1937, através de um projeto político pedagógico implementado pelas elites e divulgado pelo Estado nos veículos de comunicação.

Destacar o vínculo dos intelectuais com esse projeto significa evidenciar a relação entre propaganda política e educação no Estado Novo. Apresentando-se como o grupo mais esclarecido da sociedade, os intelectuais buscam “educar” a coletividade de acordo com os ideais doutrinários do regime. (Velloso, 2019, p. 140)

A participação dos intelectuais nesse projeto foi muito mais do que a simples produção de conteúdos. Ao se apresentarem como a elite mais esclarecida perante a sociedade, acabaram assumindo a função de educar a população de acordo com as ideias que eram defendidas pelo regime, buscando moldar valores, comportamentos e percepções da população em relação à nação, essa atuação contribuiu na construção política do governo de Vargas.

Para Mônica Velloso (2019, p. 139) “A partir da década de 1930 que eles passam sistematicamente a direcionar a atenção para o âmbito do Estado, tendendo a identificá-lo como a representação superior da ideia de nação.” Somente com a formação do Estado Novo (1937-1945), essa parte da elite intelectual mais conservadora passa a participar ativamente da organização política do regime. Os seus membros são vistos como os agentes do discurso, os únicos capazes de identificar o passado comum a todos os brasileiros. Na década de 1930, a função do Estado se ampliou e passou a ser visto como o maior representante da nação, o centro da nacionalidade brasileira.

Cabe notar que, nesse cenário, foi encontrado um campo intelectual disposto, seja por oportunidade, imposição ou por convicção, a fazer parte desse projeto que buscava interpretar o país. Alguns intelectuais se identificavam com o regime autoritário e chegaram a fazer parte do governo como Lourival Fontes que comandou o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) e Gustavo Capanema, Ministro de Educação de Vargas, outros o criticavam ou não concordavam com o governo, como os historiadores Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, que mesmo não fazendo parte do governo escreveu sobre o Brasil. Para o governo Vargas, o que interessava era a capacidade desses intelectuais em pensar e produzir sobre a identidade brasileira.

Ao atribuir ao Estado a condição de representante máximo da nação, buscava-se consolidar uma identidade nacional capaz de superar conflitos com o objetivo de construir um Brasil moderno, forte e integrado. O nacionalismo constitui um dos principais pilares ideológicos do Estado Novo, era mais do que um discurso político, era um projeto voltado à construção de um sentimento de pertencimento nacional, no qual os interesses da nação deveriam ser superiores aos interesses individuais. Nesse sentido, o governo buscou difundir valores de unidade, ordem, disciplina e civismo, apresentando-os como essenciais para o progresso e a consolidação do país.

Ela (a revolução) e ele (o Estado Novo) rompiam, definitivamente, tanto com os “erros” da Primeira República, liberal, oligárquica, fraca, inepta; como estabeleciam um redescobrimiento do Brasil, recriando, sob os auspícios de um Estado forte e moderno, a nação e o povo brasileiros. Enfim, por meio dessa interpretação nasciam um Estado “Novo”, uma República “Velha” e uma “outra” história para o Brasil que, a partir dos anos 1930, finalmente se direcionava para seu grande futuro. Numa versão claramente teleológica e otimista da história, o Brasil tinha encontrado o caminho da modernidade. O país ia crescer e vencer seus “males” seculares, não só pela riqueza de seu território, como principalmente pelo valor de seu povo e pela “visão” de suas elites políticas, em especial, a de Getúlio Vargas. (Gomes, 2019, p.175)

Segundo evidencia Ângela de Castro Gomes, o nacionalismo promovido pelo Estado Novo não era apenas amor à pátria, estava fundamentado na construção de uma narrativa de ruptura e de renovação. Buscava convencer que a Revolução de 30 inaugurou uma nova etapa da história brasileira, marcada pela superação dos problemas da Primeira República. A ideia de nação estava constantemente associada ao progresso, à ordem e à unidade, tendo Vargas como principal responsável por conduzir o povo e o país à esse progresso.

A consolidação desse ideal nacionalista não ocorreu apenas por meio de discursos oficiais. O governo investiu na valorização dos símbolos nacionais, datas cívicas e cerimônias públicas na tentativa de aproximar a população desse projeto político. A utilização desses símbolos, não tinha apenas significado comemorativo, as comemorações patrióticas, os pronunciamentos do presidente, as festividades organizadas pelo Estado, transformaram o nacionalismo em uma experiência cotidiana, o que ajudou a fortalecer a imagem de Vargas como líder, divulgar os valores considerados essenciais para a construção do Brasil, além de construir uma memória coletiva com representações positivas do regime. Dessa forma, a propaganda estatal transformou acontecimentos cívicos em instrumento de mobilização política.

3.2 O DIP e a censura

O Estado Novo foi um regime ditatorial com um poder centralizador legitimado pela implementação da Constituição de 1937 ³, que ampliava os poderes do presidente, permitia a

censura e restringia os direitos civis. Nesse período, buscava-se a modernização e o desenvolvimento de interpretações que pudessem fundamentar políticas públicas para validar a centralização do poder estatal e a ideia de união nacional. Dessa forma, o regime precisava de um meio para a comunicação com as massas, que transmitisse a identidade produzida pelas elites. E foi nesse período que o governo montou o maior programa de propaganda política da história brasileira, e já que o Brasil era um país de analfabeto e sem acesso à educação, a aplicação de um projeto político pedagógico para difundir o nacionalismo foi bem sucedida.

Em 1939 foi criado o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), o principal órgão cultural do Estado Novo sob a liderança de Lourival Fontes que já exercia funções ligadas à propaganda. É importante destacar que Fontes defendia uma propaganda permanente, por isso o DIP produzia discurso, campanhas, programas radiofônicos etc nos meios de comunicação, com o objetivo de inserir os valores do regime no cotidiano da população. Ele atuava para espalhar um ideal de unificação do Brasil, popularizar símbolos nacionais, associar disciplina, trabalho e ordem à ideia de patriotismo. A música, o rádio, o cinema e a imprensa eram moldados para transmitir essa ideologia, o regime selecionou elementos convenientes para construir sua narrativa, a visão de um Brasil formado pela mestiçagem que precisava de unidade e ordem.

É nesse período que se elabora efetivamente a montagem de uma propaganda sistemática do governo, destinada a difundir e popularizar a ideologia do regime junto às diferentes camadas sociais. Para dar conta de tal empreendimento é criado um eficiente aparato cultural: o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) diretamente subordinado ao Executivo. (Velloso, 2019, p.148)

A ditadura varguista reorganizou os veículos de informação, censurou jornais, manifestações culturais como cinema e música, mudou a publicidade oficial criando novas comunicações que colocavam o Estado como o produtor da “verdade nacional”. A criação do DIP institucionalizou a política de comunicação do Estado Novo, vinculado à presidência da República, o órgão assumiu a responsabilidade de organizar a circulação das informações e estabelecer quais eram as representações do país que deveriam alcançar a população. Dessa forma, o DIP não só tinha a função de controlar, mas também atuava na produção das imagens do governo, no controle de manifestações consideradas incompatíveis com o princípio do regime, além de unificar e orientar o discurso político, cultural e social que deveria ser transmitido pela imprensa, rádio e cinema.

Nesse contexto, a censura foi um dos principais instrumentos de atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda. Ao controlar jornais, revistas, rádios, filmes e outras manifestações culturais, o Estado limitava os acontecimentos que poderiam ser divulgados. Assim, a censura desempenhava um papel importante na construção da realidade

que era apresentada ao público, favorecendo a narrativa que interessa ao regime. Um ponto importante a ser destacado que é discutido por Maria Helena Capelato é a relação da censura com a propaganda, enquanto uma eliminava discursos diferentes, a outra preenchia esse espaço com versão oficial dos acontecimentos, ou seja ambas eram instrumentos complementares de um mesmo projeto político. Entre um leque de meios de comunicação, a imprensa escrita ocupou uma posição estratégica na difusão do ideário.

3.3 A propaganda nos jornais

Os jornais possuíam ampla capacidade de circulação das informações e assim desempenharam um papel importante na formação da opinião pública enquanto operavam dentro de um ambiente de forte controle estatal. Por isso eram alvos permanentes da política de controle, seja por censura prévia, seja pela distribuição de conteúdos oficiais ou orientações editoriais e material produzido pelos órgãos de propaganda do governo. A imprensa deixava assim de exercer apenas a função de informar e passava a participar da construção de legitimidade do Estado Novo.

De modo geral, os canais de expressão da sociedade civil são transformados em espaço de veiculação da ideologia do Estado. Muitas das organizações culturais do período vão ser incorporadas pelo governo, como é o caso da Rádio Nacional (1940) e dos jornais A Manhã (Rio de Janeiro) e A Noite (São Paulo). (Velloso, 2019. P.150)

Ao integrar diferentes meios de comunicação, o governo focava em ampliar a sua capacidade de alcançar diferentes camadas da população, difundindo uma narrativa baseada no nacionalismo, na valorização do trabalho, na ordem social e na figura de Vargas como líder da nação e do progresso brasileiro. É oportuno destacar que foi o DIP que assumiu o papel de moldar e produzir um modelo ideal de trabalho e do trabalhador: disciplinado, produtivo, patriótico e leal a Vargas. As propagandas de rádio, cartilhas, festas cívicas, músicas censuradas pelo órgão, jornais, transformaram o operariado em motivo de orgulho e símbolo de modernidade nacional.

Dessa forma, a imprensa ocupou um lugar de privilégio na política de comunicação do regime, os jornais participaram da divulgação de campanhas que eram promovidas pelo governo, e se tornaram extremamente importantes mediadores entre Estado e sociedade, construindo para a consolidação da cultura estadonovista. Compreender esse sistema de propaganda, e os mecanismos de controle exercidos sobre os meios de comunicação, permite analisar de forma mais eficiente e completa a atuação da imprensa na difusão da ideologia oficial durante esse período. É a partir dessa perspectiva que o capítulo seguinte se dedica ao estudo da imprensa carioca, em especial do jornal A Manhã, buscando entender como esse

periódico estava inserido na política de comunicação do regime e como participou da divulgação do projeto trabalhista e nacionalista do governo Vargas.

4. IMPRENSA CARIOCA E A IMAGEM DO TRABALHO E DO TRABALHADOR URBANO NO ESTADO NOVO

4.1 O jornal *A Manhã*- RJ

Os jornais são fontes privilegiadas para a pesquisa histórica pois registram acontecimentos, opiniões, discursos e representações construídas em determinado tempo, que não devem ser vistos como representações fiéis da realidade, mas como reflexos de interesses políticos, econômicos e ideológicos. O objetivo dessa pesquisa não é analisar se as reportagens são verdadeiras ou falsas, mas compreender de que forma e com qual finalidade elas foram desenvolvidas e publicadas no periódico.

A análise dessa fonte não se limita aos textos, ela abrange também fotografias, ilustrações e outros elementos visuais do jornal como objeto de estudo. Como afirma Tânia Regina de Luca (2008, p.123) “A ilustração, com ou sem fins comerciais, tornou-se parte indissociável dos jornais e revistas e os historiadores incumbiram-se de transformá-la em outro fértil veio de pesquisa.” Sob esse viés, os elementos visuais presentes no *A Manhã* são parte do discurso construído, os recursos gráficos não exercem apenas uma função estética ou informativa, mas também faziam parte da produção de significados e difusão dos valores que o Estado Novo buscava difundir. Assim, a análise das imagens será realizada em conjunto com os textos jornalísticos buscando identificar como contribuíram para a construção da imagem de Getúlio Vargas, para a valorização do trabalho e para a divulgação da política Trabalhista do regime.

O papel desempenhado por jornais e revistas em regimes autoritários, como o Estado Novo e a ditadura militar, seja na condição difusor de propaganda política favorável ao regime ou espaço que abrigou formas sutis de contestação, resistência e mesmo projetos alternativos, tem encontrado eco nas preocupações contemporâneas, inspiradas na renovação da abordagem do político. (Luca,2008.P.129)

Conforme observa Tânia Regina de Luca, a imprensa em regimes autoritários pode desempenhar diferentes funções, desde a difusão da propaganda política até a construção de espaços de contestação. Essa perspectiva reforça a necessidade de analisar os periódicos no contexto de produção em qual está inserido, considerando seus vínculos e interesses. É nesse sentido que o jornal *A Manhã* é examinado nesta pesquisa como uma fonte histórica que permite compreender a construção e a circulação do discurso trabalhista durante o Estado Novo.

O tempo delimitado foi as edições publicadas entre 1943 e 1945, período da promulgação da Consolidação das Leis de Trabalho, em 1943, até os anos finais do Estado Novo, encerrando em 1945. A escolha desse recorte permite acompanhar um momento de consolidação da política trabalhista varguista, observa a permanência e as transformações do discurso oficial até o fim do regime. A análise deu preferência para matérias relacionadas ao mundo do trabalho, abrangendo discursos presidenciais, manchetes, fotografias, ilustrações e outros elementos que abordam o tema da legislação trabalhista, organização sindical, previdência social, comemorações do dia do 1º de maio e referências à figura do trabalhador brasileiro.

Em vista disso, a investigação está concentrada na linguagem que foi empregada, na seleção dos acontecimentos e como foram usados os recursos visuais. É a partir dessa perspectiva que em seguida serão examinadas as edições do jornal, buscando identificar como o periódico apresentou as políticas sociais do governo Vargas e contribuiu para a construção do imaginário trabalhista.

4.2 Comemorações do trabalho e as festas cívicas

As datas cívicas foram muito exploradas pelo regime na construção do trabalhismo, entre elas está o 1º de Maio que ocupa posição de destaque. Foi transformada pelo Estado Novo em celebração nacional do trabalho, a data deixou de assumir seu papel original que era reivindicatório para virar um ritual político marcado pelo discurso do presidente Vargas para reafirmar a integração entre Estado e trabalhadores.

Figura 1: Discurso do Presidente Getúlio Vargas



Fonte: Jornal A Manhã- RJ, 2 de maio de 1943.

Os festejos organizados pelo governo, amplamente divulgados pelo *A Manhã*, evidenciam como o jornal contribuiu para difundir a imagem de país harmonioso, no qual os

direitos sociais eram apresentados como resultado direto da liderança de Vargas. A edição de 2 de maio de 1943 expressa muito bem como era a construção simbolizada deste primeiro dia. Logo na primeira página ocupando um grande espaço está às comemorações realizadas na Esplanada do Castelo, reproduzindo o pronunciamento presidencial e em letras grandes e em negrito é destacado a frase “ NÃO VACILAR; NÃO TRANSIGIR; NÃO RECUAR; PARA A FRENTE: SÃO AS VOZES DE COMANDO DA NAÇÃO BRASILEIRA AOS SEUS FILHOS” - afirma o presidente Getúlio Vargas, falando aos operários.” A cobertura destaca o nome e figura de Vargas como o protagonista, deixando os operários em segundo plano.

Além disso, no periódico é destacado a expressiva participação popular, apresentando o grande líder próximo aos trabalhadores e como o principal responsável pelas transformações sociais. É evidenciado também o significado político da celebração, enfatizando a mobilização nacional, o civismo e a unidade em torno do regime.

Ponto interessante é que a Consolidação das Leis de Trabalho, oficialmente promulgada em 1º de maio de 1943 não ocupa posição central nessa cobertura. Essa ausência pode ser interpretada de várias maneiras, incluindo o fato de que embora a CLT tenha sido promulgada em maio, ela só entrou em vigor em novembro de 1943. Então como ainda não estava na realidade do trabalhador, no primeiro momento foi deixada de lado, sobrando espaço para a construção simbólica do 1º de maio como um grande ato de exaltação do Estado e do chefe.

Essa opção editorial parece mais evidente quando se observa as edições de 10 de novembro, publicada curiosamente nas comemorações do Estado Nacional e poucos dias antes da CLT entrar em vigor. Diferentemente da comemoração do Dia do Trabalho, a legislação agora aparece inserida no conjunto de realizações atribuídas ao governo de Vargas, sendo apresentada como uma das maiores conquistas do regime em favor dos trabalhadores. A comparação dessas datas evidencia como o jornal não organiza os fatos por ordem cronológica dos acontecimentos do legislativo, mas conforme os objetivos políticos da propaganda oficial e de acordo ao que era conveniente ao regime. Enquanto o 1º de maio era usado para reforçar a imagem de Vargas junto da classe trabalhadora, o dia do Estado Nacional tornava-se o momento adequado para apresentar a Consolidação das Leis do Trabalho expressando o sucesso da obra política do Estado Novo.

A análise dessas edições do *A Manhã* demonstrou que as comemorações relacionadas ao dia do trabalho não eram episódios isolados na linha editorial. Ao contrário, sua presença constante evidência que o universo do trabalho ocupava posição privilegiada na estratégia de comunicação do jornal, principalmente por ser associada às iniciativas do Estado Novo. As

festividades, os discursos presidenciais, os anúncios de benefícios sociais ao aparecer de forma recorrente, desenhava uma narrativa contínua das realizações do regime. Essa recorrência revelava como o trabalho foi convertido em um dos principais eixos do discurso político difundido no jornal.

Além disso, as edições também evidenciam que o trabalhador não era representado de maneira aleatória. Ao contrário, foi elaborado um conjunto de elementos que tinham significado e buscavam integrar as classes trabalhadoras e construir a ideia que elas faziam parte de uma parte importante da nação. Por meio de textos, fotografias, da cobertura das festas cívicas, promoção dos direitos “doados” pelo líder difundiu uma representação idealizada do trabalhador brasileiro, associando os valores defendidos pelo Estado. Com isso, o trabalhador deixa de ser apresentado como membro de uma classe com interesses próprios e passa a ser representado como parte integrante da comunidade nacional.

4.3 Deslegitimação da luta de classes

É possível identificar a construção de uma representação bastante específica, com o objetivo de influenciar a realidade dos operários. Longe de apresentar o operariado como um grupo marcado por conflitos sociais ou reivindicações próprias, o jornal o retratava como um elemento essencial da ordem nacional, disciplinado, patriótico e integrado ao projeto varguista. A recorrência das comemorações do Dia do Trabalho e do aniversário do Estado Novo nas páginas do periódico demonstra o esforço em consolidar uma determinada cultura política, na qual o trabalhador aparecia como símbolo da unidade nacional e do progresso econômico. Uma das imagens mais significativas dessa construção é a fotografia publicada em 2 de maio de 1944, na qual trabalhadores carregam uma faixa com a inscrição a seguir.

Figura 2: Trabalhador disciplinado.



Fonte: Jornal A Manhã- RJ, 2 de maio de 1944.

A mensagem é reveladora do ideal de trabalhador defendido pelo regime. O primeiro elemento destacado é a sindicalização, entretanto é necessário destacar que não se trata da defesa de um sindicalismo autônomo e reivindicativo, mas do sindicalismo incorporado ao Estado e submetido às suas diretrizes como já foi discutido no tópico 2. O trabalhador ideal não era aquele que se organizava para contestar as condições de trabalho ou para reivindicar direitos, mas aquele integrado às estruturas sindicais oficiais e, por meio delas, subordinado ao projeto político do governo.

Mais interessante ainda para análise é a associação entre sindicalização e disciplina. O termo “disciplinado” não aparece aleatoriamente, ele mostra um dos pilares do trabalhismo varguista: a ideia de que a harmonia social dependia da colaboração entre as classes e da rejeição dos conflitos trabalhistas. Nesse sentido, a disciplina tinha um forte caráter político e moral, transformando-se em uma virtude cívica. O trabalhador idealizado e divulgado pelo jornal era aquele que aceitava a mediação estatal, respeitava a hierarquia social e contribuía para a estabilidade política do regime. O fato dos trabalhadores estenderem essa faixa em pleno dia 1 de maio, demonstra a força de persuasão que tinha o regime de Vargas.

Essa representação torna-se ainda mais evidente no discurso de Getúlio Vargas reproduzido em novembro de 1944. Ao se dirigir aos trabalhadores, o presidente afirmava que “A vossa conduta tem sido exemplar. Nem greves, nem perturbações, nem desajustamentos[...] É um esforço único, de admirável ritmo, que permite augurar para a Nação Brasileira dias de paz digna e de maior progresso” (COMO, 1944). O elogio revela o tipo de comportamento que o Estado Novo esperava, a ausência de greves e de conflitos é defendida como demonstração de patriotismo, convertendo a obediência e a disciplina em deveres para com a nação. Essa ideia também aparece em diversos discursos e publicações do jornal, nos quais desenvolvimento econômico e a industrialização são apresentados como resultado do esforço e da cooperação entre governo e trabalhadores e estes trabalham para construir a grandeza nacional.

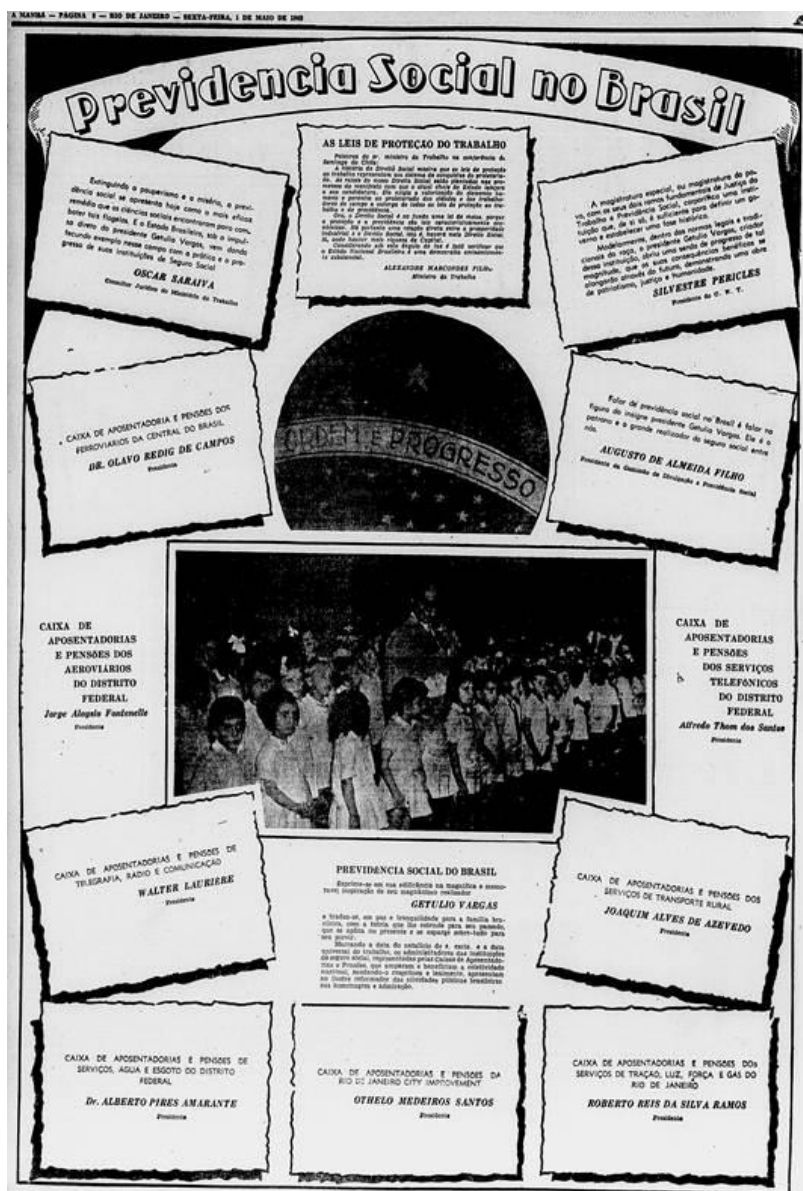
O operário então ascende como participante da grande obra de modernização, mas a sua participação está diretamente ligada à aceitação da ordem estabelecida. O reconhecimento dos trabalhadores pelo regime estava associado às exigências de lealdade, colaboração, produção e disciplina. Ao exaltar esses atributos e silenciar as experiências de conflitos e reivindicação social, o jornal atuou como importante instrumento de propaganda, ajudando a construir uma cultura na qual os trabalhadores eram apresentados não como sujeitos de luta,

mas como colaboradores indispensáveis na construção da nação e na consolidação do projeto Trabalhista de Vargas.

4.4 O trabalhador como beneficiário do Estado e a centralidade de Vargas

Outro ponto, são as representações que frequentemente assumiram caráter paternalista. O trabalhador era apresentado como destinatário das políticas sociais do governo, reforçando a imagem de um Estado protetor, responsável por assegurar melhores condições de vida à população trabalhadora.

Figura 3: Previdência Social no Brasil



Fonte: Jornal A Manhã- RJ, 1 de maio de 1942.

A edição acima oferece uma grande fonte de análise, repleta de elementos que ajudam a explicar o significado construído por trás dos direitos sociais. A página reúne depoimentos,

imagens, símbolos e discursos que convergem para uma mesma narrativa, a de proteção social era fruto da ação do estado e sobretudo, da liderança de Getúlio Vargas. Na fotografia central o presidente Getúlio Vargas aparece cercado de crianças, com a inscrição “Ordem e Progresso” logo acima. Esses elementos não são aleatórios, ao vincular a imagem das crianças, a frase da bandeira brasileira em uma página dedicada à previdência social, o jornal amplia o significado das políticas trabalhistas, apresentando não só como benefício destinados aos trabalhadores, mas como instrumentos de proteção da família e das futuras gerações, que fica evidenciado em uma das frases sobre a Previdência Social presente na imagem “traduz-se, em paz e tranquilidade para toda a família brasileira”

A escolha da infância como elemento da composição visual possui forte conteúdo simbólico. As crianças representam o futuro da nação, a continuidade da sociedade e a promessa de um país próspero. A posição de Vargas no centro, ao lado delas, é construída a imagem de governante protetor, responsável pelo bem-estar não só dos trabalhadores, mas também dos filhos e de toda a comunidade nacional. Dessa forma, a assistência e a legislação trabalhista junto da forte tutela do estado seriam capazes de garantir a segurança e a estabilidade para a sociedade como todo. Ao mesmo tempo em que o lema “Ordem e Progresso” estabelece uma ligação direta entre as políticas sociais e o projeto do Estado Novo.

Ao redor da fotografia, há diversos depoimentos publicados que convergem para essa mesma narrativa. Oscar Saraiva afirma que essas medidas que extinguiram a miséria foram realizadas pelo “Estado Brasileiro, sob o impulso direto do presidente Getúlio Vargas”, o que personaliza as políticas públicas. Não é o Estado, as instituições ou as lutas dos trabalhadores que produzem os avanços sociais, mas sim a ação direta de Getúlio Vargas. A previdência, assim como outros direitos trabalhistas deixam de ser uma conquista coletiva e transforma-se em uma dádiva do presidente.

Nessa mesma lógica, Augusto de Almeida Filho afirma que “falar de previdência social no Brasil é falar na figura do insigne presidente Getúlio Vargas. Ele é o patrono e o grande realizador do seguro social entre nós.” Essa frase praticamente elimina qualquer separação entre o sistema previdenciário e a pessoa de Vargas, além disso o uso da palavra “patrono” é de grande significado. O trabalhador é colocado em uma posição de dependência em relação ao chefe político, reforçando uma ideia paternalista em que o líder beneficente concede direitos.

Alexandre Marcondes Filho descreve as leis de proteção do trabalho como um grande anseio do proletariado, procurando demonstrar que existe uma identidade entre os desejos dos trabalhadores e as ações do governo. Assim, o Estado se apresentava como o verdadeiro

intérprete dos interesses operários. Em seguida ele ainda declara que “O Estado Nacional Brasileiro é uma democracia eminentemente substancial.” Em plena ditadura do Estado Novo, o jornal procura legitimar o regime afirmando que sua legitimidade não vem de eleições ou de liberdades políticas, mas sim da capacidade de garantir direitos sociais. O discurso constrói uma nova definição de democracia, baseada na proteção social e na figura de um Estado paternal e centralizador.

Por tanto, todos esses elementos em conjunto apresentados, constitui uma enorme peça de propaganda política muito bem desenhada e colocada em prática. Ao longo das páginas de *A Manhã*, foi observado a elaboração de uma narrativa que buscava integrar os trabalhadores ao projeto do Estado Novo por meio de exaltação das conquistas sociais, da valorização do trabalho como dever patriótico e da construção de uma imagem paternal e protetora de Getúlio Vargas como o pai dos pobres. O jornal apresentou o trabalhador como beneficiário direito da ação estatal, ao mesmo tempo em que fazia questão de atribuir ao presidente a autoria das transformações trabalhistas e sociais destacando sempre que Vargas fez, falou, concedeu, pensou sempre dando ênfase e em muitas das notícias em letras destacadas e maior do que o restante do texto como mostra a imagem 3.

Nesse processo, a figura do trabalhador sindicalizado, disciplinado e agradecido tornou-se símbolo da harmonia entre Estado e sociedade, enquanto os conflitos de classe, as tensões sociais e o caráter autoritário do regime eram silenciados. Sendo assim *A Manhã* era mais do que um veículo de informação, era um instrumento de difusão da cultura política do Trabalhismo e de legitimação do Estado Novo, contribuindo para a construção de uma memória política na qual Vargas se consolidava como o grande mediador entre Estado e trabalhadores e como o principal responsável pelo progresso social da nação.

5. CONCLUSÃO

Em suma, a presente pesquisa buscou analisar como o governo de Getúlio Vargas durante a ditadura do Estado Novo usou o jornal *A Manhã* como instrumento político para a difusão do ideal do trabalhismo, construindo a ideia do trabalhador, forte, bom, ideal e feliz que assim cumpria seu papel patriótico de contribuir para o progresso do país. Além disso, ao propagar a concessão de direitos trabalhistas diretamente ligado à figura de Vargas se apropriou do resultado de lutas operárias já existentes para vincular a “concessão” de direitos ao regime, legitimando o governo e consolidando a figura de líder de Getúlio como “o pai dos pobres”.

A relevância para o meio acadêmico desse estudo é compreender como ocorreu a articulação entre a política, a propaganda, a cultura e a construção da história social do trabalho. Além disso, a pesquisa contribuiu para entender como os regimes autoritários utilizam da comunicação e da produção simbólica para moldar a mentalidade e fabricar consensos. Paralelamente, ao investigar um jornal ainda pouco explorado pela historiografia, esta pesquisa amplia o repertório de fontes sobre o período.

REFERÊNCIAS

- As comemorações do Dia do Trabalho. **A Manhã**, Rio de Janeiro, 2 de maio de 1944. P.6. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116408&Pesq=%22Consolida%20da%20Leis%20de%20Trabalho%22&id=2691503252832&pagfis=23027> Acesso em: 7 de junho de 2026.
- BRASIL, Bruno. **A Manhã** (Rio de Janeiro, 1941), BN Digital Brasil, 28 Out 2015. https://bndigital.bn.gov.br/artigos/a-manha-rio-de-janeiro-1941/?utm_source. Acesso em: 15 de março de 2026.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: Propaganda política no varguismo e no peronismo**. Editora Unesp, 2009.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48ª ed. rev. — São Paulo : Global, 2003.
- FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo**. 1ed. 6ª reimpressão.- São Paulo: Contexto, 2024..
- FAUSTO, Boris. O Estado Getulista (1930-1945). In: **História do Brasil** - 12 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. p. 329 - 394
- GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. 3. ed - Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.
- GOMES, Ângela de Castro. Estado Novo: debatendo nacionalismo, autoritarismo e populismo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo: Do início da década de 30 ao apogeu do Estado Novo. Segunda República (1930-1945)**. 3ª. ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. v.2, P.172 - 200.
- HOBBSBAWM, Eric J. **Mundos do trabalho**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 2000.
- JEANNENEY, Jean. A Mídia. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. - 2. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p.213-230.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. cap. 5, p. 111-155.

Notícias de todo o Brasil. **A Manhã**, Rio de Janeiro, domingo 2 de maio de 1943. P.1. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116408&Pesq=%22Consolida%C3%A7%C3%A3o%20das%20Leis%20de%20Trabalho%22&id=2691503252832&pagfis=20300> Acesso em: 07 de fevereiro de 2026.

Previdência Social no Brasil. **A Manhã**, Rio de Janeiro,, 1 de maio de 1942. P.8. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116408&Pesq=%22Consolid%C3%A7%C3%A3o%20das%20Leis%20de%20Trabalho%22&id=2691503252832&pagfis=15581> Acesso em: 07 de fevereiro de 2026.

ROBINSON, Carlos Alberto. **O sindicalismo da Primeira República**. Revista Eletrônica de Jurisprudência do TRT da 4a Região, n. 20, 2008

SANTOS, Douglas Vieira dos. **O trabalhismo como linguagem e cultura política: por uma história da Associação Brasileira de Rádio e do Sindicato dos Radialistas (1948 –1954)**. Revista Histórias Públicas, ano 3, n.5-Jan./Jun. 2025.

SOUZA, Desia Sinhorinha Cabral de. **O mito Getúlio Vargas: o enfoque do Jornal Tribuna da imprensa**. Juiz de Fora, 2005.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo: Do início da década de 30 ao apogeu do Estado Novo. Segunda República (1930-1945)**. 3°. ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. v. 2, p. 145-180.